



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2025.0000376700**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1020012-64.2023.8.26.0405, da Comarca de Osasco, em que são apelantes FRANCISCO TAVARES DE ANDRADE TRANSPORTE ME e GIOVANNY NASCIMENTO ANDRADE, é apelado ASSOCIAÇÃO PROTETORA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - PROAUTO.

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 32ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores CAIO MARCELO MENDES DE OLIVEIRA (Presidente sem voto), ANDRADE NETO E MARCUS VINICIUS RIOS GONÇALVES.

São Paulo, 16 de abril de 2025.

**J.B. PAULA LIMA**

**Relator(a)**

Assinatura Eletrônica

**Apelação Cível nº 1020012-64.2023.8.26.0405**

**Comarca: Osasco (4ª Vara Cível)**

**Apelantes: Francisco Tavares de Andrade Transporte Me e outro**

**Apelada: Associação Protetora de Veículos Automotores - Proauto**

**Voto nº 31.786**

**DIREITO DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO. CONTRATO DE PROTEÇÃO VEICULAR. INDENIZAÇÃO POR FURTO. RECURSO PROVIDO.**

Os autores buscam indenização por furto de veículo, conforme contrato de proteção veicular. A ré recusa o pagamento, alegando simulação do furto. A inversão do ônus da prova é justificada pela verossimilhança das alegações e pela hipossuficiência técnica dos autores, conforme artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. A ré não se desincumbiu do seu ônus probatório, ausente prova inequívoca da simulação do sinistro. É devido, pois, o pagamento da indenização.

**Recurso provido.**

Trata-se de apelação contra a sentença de fls. 282/285, que julgou improcedente o pedido de cobrança de indenização securitária e condenou os autores ao pagamento das verbas sucumbenciais, fixados os honorários advocatícios em 10% sobre o

valor da causa.

Apelam os autores, afirmando a ausência de prova de sua má-fé ou de conluio com os furtadores do veículo; que as pessoas ouvidas pelos auditores confirmaram sua versão dos fatos; o dever da ré indenizá-los; o não agravamento do risco.

Contrarrazões a fls. 307/314.

Sem oposição ao julgamento virtual.

### **É o relatório.**

As partes firmaram contrato de proteção veicular, com cobertura para a hipótese de roubo ou furto, dentre outros sinistros (fls. 37/43).

Os autores buscam o recebimento da indenização, em decorrência do furto do veículo, ocorrido em 01.12.2022.

A ré defende legítima a recusa de pagamento, pois constatados indicativos da simulação do furto em auditoria interna. Apontou as seguintes inconsistências: acendimento do “pisca-alerta” do automóvel, seguido do apagar das luzes, ausência de arrombamento e rapidez da ação, evidenciado a utilização das chaves e controle originais pelos supostos furtadores.

O contrato em questão constitui espécie atípica de

contrato de seguro, a atrair a aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

Com efeito, a situação descrita nos autos amolda-se perfeitamente ao artigo 1º da Lei nº 15.040/2024, recentemente promulgada: *“Pelo contrato de seguro, a seguradora obriga-se, mediante o pagamento do prêmio equivalente, a garantir interesse legítimo do segurado ou do beneficiário contra riscos predeterminados”*.

Destarte, apesar das associações não estarem autorizadas a celebrarem contratos de seguro, as semelhanças descritas justificam seja assim classificado o contrato de proteção veicular.

A tese dos autores é verossímil, acompanhada de boletim de ocorrência do sinistro (fls. 50/51) e da gravação do momento do furto por câmera instalada em imóvel vizinho – obtida pela ré. Ademais, os autores tiveram sua versão dos fatos confirmada pelas pessoas ouvidas na auditoria realizada pela ré (fls. 232/270).

Tal circunstância, somada à hipossuficiência técnica dos autores, justificam a inversão do ônus da prova, a teor do artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

Não bastasse, os elementos de prova acima mencionados são suficientes para comprovação do fato constitutivo do direito dos autores, incumbindo à ré a prova de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito – no caso, a simulação do sinistro, conforme disposto no artigo 373, inciso II, do Código de Processo Civil.

Tenho, contudo, que a ré não se desincumbiu do seu ônus probatório, insuficiente a juntada de cópia da auditoria interna, por se tratar de prova unilateral produzida por prestador de serviço por ela contratada.

Ademais, as inconsistências afirmadas pela ré são circunstanciais, as imagens do furto são imprecisas e pouco acrescentam ao deslinde da causa, e a mera alegação da parte não basta para demonstrar, de forma segura, a simulação do furto do veículo.

Não comprovada a tese de defesa, tem a ré obrigação de efetuar o pagamento da indenização, nos termos do contrato.

A indenização é de ser fixada com base no valor do automóvel na Tabela Fipe da data do evento (dezembro de 2022), descontadas *“a cota participativa, mensalidade em aberto, duas mensalidades após a abertura do evento, todos os débitos em aberto relativo ao veículo junto ao Detran e Fazenda, do ano vigente e anteriores, bem como valor referente a quitação do saldo devedor do financiamento, se houver”*, nos termos da cláusula 20.2.1 do regulamento (fl. 202) e da cláusula 4 do instrumento (fl. 39), a ser quantificada em fase de liquidação.

A indenização securitária – já descontadas as despesas previstas em contrato – será acrescida de correção monetária e de juros moratórios do dia seguinte ao prazo para pagamento na via administrativa, ou seja, a partir do trigésimo terceiro dia contado da data entrega da documentação integral pelos autores à ré, na via

administrativa, a teor da cláusula 4.1 do instrumento:

4.1) Em caso de roubo ou furto, o prazo para pagamento da indenização integral será de até 32 (trinta e dois) dias, contados a partir da entrega de TODA documentação constante na cláusula 18.1 e 18.2 do Regulamento Proauto.

Nesses termos, é de ser reformada a sentença.

Pelo exposto, **DOU PROVIMENTO** ao recurso para condenar a ré ao pagamento da indenização decorrente do furto do automóvel, a ser fixada em fase de liquidação, de acordo com os parâmetros aqui estabelecidos.

Sucumbente, condeno a ré ao pagamento das custas e despesas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em 15% do valor da condenação.

**J. B. PAULA LIMA**

— RELATOR —